

# Focalizando conceituações no urbano

Fany Rachel Davidovich

O fenômeno urbano contemporâneo tem suscitado interpretações distintas segundo diferentes correntes de pensamento. Não são poucos os estudiosos que a ele se referem como questão ainda carente de desenvolvimento teórico satisfatório, em face da complexidade da sociedade de nossos dias. Outras áreas de expressão têm procurado teorizar a respeito, relacionando o fenômeno em questão ao crescimento econômico promovido pelo sistema capitalista.

Sem pretender aprofundar o tema sob a ótica de posições epistemológicas diversas, o comentário vai se centrar basicamente em alguns autores suficientemente representativos para esse fim. Interesse principalmente captar nessas interpretações a maneira pela qual são concebidos o urbano, a urbanização e a cidade.

## 1 — INTERPRETAÇÕES POSITIVISTAS DO URBANO

O referencial básico será o artigo de P. Wheatley *The Concept of Urbanism* (1972), o que se justifica de um lado pelo conteúdo erudito e pela crítica que levanta a conceitos referentes ao urbano e à urbanização; justifica-se também pelos aspectos importantes que permite inferir a respeito da postura positivista e de seu corolário de colocações empiricistas. As principais observações podem ser assim condensadas:

1. com respeito a urbano e urbanização, o referido autor levanta ressalvas quanto à adequação desses termos aos fenômenos que se propõem a expressar, dada a conotação geralmente insuficiente ou difusa dos conceitos envolvidos.

Segundo Wheatley, o urbano tem sido focalizado em cinco abordagens principais, que nos limitaremos a citar: a do contraste urbano-rural; a das teorias ecológicas de desenvolvimento urbano; a do complexo de atributos urbanos (*trait-complex*); a das cidades como centro de dominação; a *expediential*, que não é propriamente um conceito, mas um expediente operacional com vistas a classificações demográficas. Em síntese, tais abordagens consideram o urbano sob dois aspectos principais, identificando-o como modo de vida ou como a cidade.

A concepção do contraste urbano-rural visualiza o urbano particularmente como modo de vida, a partir de *construtos* de tipo idealizado (*ideal type constructs*) que se referem à dicotomia urbano/rural ou ao *continuum* rural-urbano. Por sua vez as demais abordagens conceituais identificam o urbano à cidade, entendida de várias maneiras: seja pela ênfase no tamanho, forma e densidade, seja pela tônica no agregado de determinadas características urbanas, seja ainda pelo seu papel como foco de relações hierarquizadas de poder.

As críticas que o autor levanta a essas concepções, embora reconhecendo o valor de cada contribuição, dizem respeito principalmente à sua deficiência para a formulação do que deveria ser uma teoria especificamente urbana. Refere-se assim tanto ao reducionismo de variáveis que fundamentam certas teorias (a exemplo da de Christaller), como à heterogeneidade de atributos urbanos ou contradições assumidas em certas interpretações (a exemplo da de Wirth). Refere-se igualmente à necessidade de superar teorias parciais e o caráter descritivo nelas dominante. Coloca-se portanto a favor de uma teoria abrangente e de um nível mais satisfatório de explanação, em que

o fato urbano seja compreendido como processo e não apenas num estágio do desenvolvimento social. Contudo é preciso notar que sua idéia de processo se relaciona primordialmente à de gênese das cidades, no que atribui importância particular a estudos arqueológicos.

Por sua vez, no tocante à urbanização, as conceituações são particularmente criticadas pelo seu caráter difuso. Considera assim que ora a urbanização é remetida à concepção comportamental, que implica o ajustamento da população ao modo de vida urbano; ora é remetida à concepção estrutural ou econômica que se detém em situações nas quais grupos de comunidades predominantemente agrícolas vão sendo absorvidos por comunidades maiores, mais complexas e não agrícolas (está aqui implícita a teoria da especialização funcional que relaciona urbanização à existência de produtores especializados não agrícolas); ora ainda a urbanização é remetida à concepção demográfica que diz respeito basicamente ao processo de concentração espacial da população. Vale assinalar que, para Wheatley, a urbanização parece definir-se sobretudo pela expressão numérica, envolvendo basicamente a relação entre população urbana e população total;

2. a essas colocações, o mencionado autor opõe a idéia de urbanismo, baseada em determinada concepção de cidade. Com efeito, para Wheatley a cidade é pensada como "entidade analítica discreta".

A premissa aí implícita é a de que o urbano se define por contraste ao rural, a partir de características específicas a cada uma das partes. Essa discriminação se fixa tanto na dualidade cidade/campo, embasada principalmente na forma espacial, como na diferenciação entre padrões culturais, urbanismo *versus* ruralismo, envolvendo modos de vida distintos. Para o autor torna-se pois crucial a necessidade

de aprofundar a investigação empírica, a fim de alcançar uma caracterização mais precisa de um a outros segmentos, com o uso de variáveis exclusivas. Aliás, a idéia de individualizar o urbano, destacando-o de outras categorias ligadas ao processo social encontra-se também em autores mais antigos, como H. Tisdale (1942), por exemplo, que deu particular ênfase à sua expressão através da concentração demográfica.

Mas a cidade é também concebida por Wheatley como uma estrutura constante que corresponde a um "agregado de instituições funcionalmente inter-relacionadas" e que implica portanto uma certa magnitude. Com isto deve ser entendido que a combinação de instituições políticas, sociais, econômicas, religiosas e outras varia segundo culturas diferentes, mas um denominador comum que permeia o tempo e as culturas é justamente o fenômeno de agregação representado pela cidade.

O urbanismo assim concebido tem em vista intenções teóricas, focalizando a cidade como objeto passível de comparações culturais. Sem dúvida, a importância de considerar tanto os princípios sócio-econômicos quanto os culturais é ressaltada, mas desde que pertinentes à cidade propriamente dita. Deste modo, o mencionado autor pretende opor-se seja a enfoques da cidade como modelo idealizado, seja a análises que a utilizam apenas como substrato de um conjunto de eventos ou como base para levantamento de determinados problemas teóricos. Manifesta-se pois criticamente quanto a abordagens que fazem uso de variáveis de natureza cultural mas que não são específicas da vida urbana. Assim, a importância que o autor atribui à contribuição das teorias ecológicas de desenvolvimento urbano decorre em grande parte da quantidade de dados sobre a cidade que

conseguiram levantar, deixando porém de levar em conta que afinal essas teorias também podem considerá-la como mero substrato.

É válido portanto supor que tal concepção de cidade proceda de sua imagem como obra urbanística, dada a relevância que é atribuída ao contexto urbano em si mesmo. Esse deveria constituir-se no objeto de investigação por excelência, com vistas ao desenvolvimento de estudos comparativos transculturais até então negligenciados, o que segundo Wheatley representaria o cerne de uma teoria urbana.

Elementos positivista-empiricistas das colocações até agora comentadas podem ser inferidos e sumariados nos seguintes aspectos:

— a existência do urbano, considerada como a partir da transformação de sociedades relativamente igualitárias e não hierarquizadas em sociedades estratificadas, política e territorialmente organizadas. O urbano suposto pois como fenômeno em si mesmo, dotado de autonomia;

— o privilegiamento da análise de formas e funções, enquanto o questionamento sobre a natureza do urbanismo é remetido à esfera das especulações filosóficas;

— a definição de regularidades estruturais capazes de conferir uma ordenação à grande variedade de cidades surgidas há milênios;

— a necessidade de ampliar o cabedal de informações específicas sobre a complexidade do ambiente urbano, através de exaustiva investigação empírica capaz de conduzir à formulação de conceitos e de generalizações específicas da cidade, visando ao desenvolvimento de um corpo teórico considerado ainda insuficiente.

— a aspiração de estabelecer, através da teorização, termos universais de comparabilidade e cortes culturais no sentido horizontal, com vistas a objetivos de predição;

3. no tocante ao crescimento urbano, este é pensado como *continuum*, o que traduz igualmente uma concepção da postura positivista. Na proposta de Wheatley o crescimento é remetido à diversificação de formas e funções que a cidade como estrutura permanente apresenta ao longo da existência do urbano.

Para H. Tisdale, já citada, a urbanização reporta-se ao processo milenar de aglomeração populacional que derivaria do próprio instinto gregário do homem. Neste sentido, um *continuum* poderia ser reconhecido desde as primeiras comunidades agrícolas sedentárias, que corresponderiam a um passo inicial da urbanização, até sua culminância em Nova Iorque. O fenômeno urbano atual é interpretado como uma dinâmica muito rápida que alcança escala mundial, ao contrário do passado, quando se mostrou esporádico e muito localizado. Critérios referentes a esse processo, basicamente os de crescimento e de concentração populacional, seriam contudo insuficientes para caracterizar a urbanização contemporânea, quando então é realçado o papel da tecnologia no aceleração da aglomeração urbana.

O crescimento urbano é também interpretado como um *continuum* através de sua articulação com o crescimento econômico, o que implica reconhecer uma relação de causa-efeito, em que a cidade é tomada como causa de processos de modernização. Esta é seguramente a posição de Hoselitz (1960), quando estabelece diferenciação entre cidades generativas, que favorecem o crescimento econômico da região, e cidades parasíticas, que, em oposição, são espoliadoras da região. Aqui também devem ser incluídas as noções de Urbanização I e Urbanização II defendidas por Friedman (1969), correspondendo respectivamente ao crescimento da

cidade em si mesma e à irradiação de valores e práticas urbanas para as áreas circundantes.

Tal colocação encontra igualmente respaldo na idéia de que o desenvolvimento de cidades é condição necessária para o crescimento econômico, envolvendo a correlação entre densidade acentuada de lugares centrais de categoria elevada e países com renda mais alta. Efetivamente, para Friedman, a hierarquia de centros urbanos representa a via de efetiva organização de uma área geográfica em seus setores econômico, social e político-administrativo. A noção de "espaço efetivo" emerge assim do papel da cidade na propagação de instituições urbanas que articulam regiões em seu redor, nelas introduzindo modos de pensar e de agir;

4. as interpretações acima comentadas têm levantado uma série de críticas. Em primeiro lugar, é preciso considerar que as concepções de urbanismo preconizadas por Wheatley têm certamente inspiração em Weber. Com efeito, a abordagem weberiana do urbano confere importância particular ao método comparativo em escala universal e ao papel dos fenômenos culturais como embasamento da história. Para tanto, torna-se fundamental a identificação de determinadas estruturas que sejam comuns às cidades, capazes de sobrepor-se a contingências de tempo e de espaço. Tal procedimento envolve necessariamente níveis excessivos de reducionismo e de abstração, na medida em que seleciona um número limitado de elementos similares do contexto urbano e na medida em que transcende as situações reais em que se encontram.

Segundo M. Harloe (1977), o método comparativo assim concebido conduz a um isolamento de fatores de desenvolvimento urbano, que, subtraídos de seu contexto histórico, se mostram semelhantes

apenas na aparência. Níveis de abstração alcançados se mostram meramente formais, bem como teorias que se pretendem universais, enquanto as categorias dissociadas das singularidades de suas condições históricas nada mais seriam do que propostas arbitrárias e com significado social precário. É assim que, apesar das críticas que levantou a *construtos* idealizados de cidade, Wheatley, na sua concepção de urbanismo, propôs um modelo igualmente idealizado.

Por sua vez, quanto ao apelo de intensificação da pesquisa empírica sobre a cidade, um questionamento que se impõe é a respeito de quais seriam os limites de tal investigação ou de quantas observações se fazem necessárias para compor uma presumível lei universal. A isto se soma ainda a dúvida sobre até que ponto os eventos empíricos assim detectados estariam de fato retratando ou, ao contrário, distorcendo as estruturas subjacentes (Urry, J., 1981).

Já com respeito à postura concernente à dualidade urbano-rural, Pickvance (1976), por exemplo, assinala que, ela deixa de ter expressão na moderna sociedade industrial, visto que representa partes estruturalmente complementares. Por sua vez, Lefévre (1972, 1976) argumenta que a produção agrária abdicou de características específicas a partir do momento em que passou a ser um setor da produção industrial. Isto não impede reconhecer que agricultura e indústria apresentam problemas próprios e que um contraste do campo com relação à cidade pode manifestar-se numa diferenciação entre níveis de desenvolvimento, particularmente nos países de economia mais atrasada.

Aqui se poderia porém adiantar a hipótese de que uma “contradição urbano-rural” tem possibilidade de ser identificada no contexto do próprio sistema urbano. De fa-

to, com base no pensamento de Mingione (1977), “a oposição rural-urbana” se expressaria, por exemplo, entre cidades em que prevalece o capital de origem fundiária e cidades em que prevalece o capital industrial. A idéia subjacente é de que a uma e outra fração do capital, representando diferentes setores produtivos, correspondem diferentes tipos de investimentos e diferentes estruturas econômicas, sociais, políticas e espaciais.

## 2 — INTERPRETAÇÕES DO URBANO EM OUTRAS CORRENTES DE PENSAMENTO

As observações críticas acima comentadas deixam inegavelmente transparecer interpretações diversas do urbano. Referência particular deve ser conferida ao posicionamento de Castells (1971) com respeito à questão urbana. Preocupado em discutir o *status* de ciência na sociologia urbana, o autor aponta a importância de discriminar o que é ideológico do que é científico nesse campo do conhecimento.

A problemática em pauta, tal como comentada por Pickvance, leva a cingir a designação de ciência a determinado tipo de conhecimento, aquele capaz de envolver um objeto científico, compreendido como uma relação dialética objeto teórico objeto real. Tal definição implica a idéia de que o conhecimento teórico deve resultar da ação de conceitos teóricos sobre o objeto real, conceitos esses fundamentados no materialismo histórico. É assim que se alcança a noção de objeto cientificamente construído, em oposição à postura empírica, que preconiza a abstração a partir da realidade percebida, envolvendo a ação de um pensamento subjetivo sobre o objeto real.

Sob tal enfoque, Castells levanta a discussão sobre se a sociologia urbana apresenta efetivamente requisitos científicos que correspondessem, no caso, à relação objeto teórico urbano — objeto urbano real. Sem pretender esmiuçar o complexo pensamento do autor, que tem merecido ampla atenção entre estudiosos do assunto, parece suficiente apontar para problemas que levantou e que tocam mais de perto ao tema aqui tratado:

1. a denúncia do urbano como ideologia, embasada seja em interpretações sociológicas que atribuem o contraste urbano-rural a uma especificidade cultural do urbano referida ao padrão de vida moderno-industrial do ocidente, seja em interpretações que consideram essa modernidade como produto de uma forma espacial, a cidade, tornada em explicação de si mesma. Segundo Castells, o conteúdo ideológico do urbano reside no fato de que envolve uma “falsa explanação da natureza e causas de padrões culturais”. O que importa é detectar problemas urbanos e regionais, que derivam, na verdade, de conflitos mais fundamentais, relacionados a crescimento econômico, a desenvolvimento social, a controle político. A ideologia do urbano estaria mascarando o que é essencial, isto é, o capital e sua ação totalizante, não tendo pois expressão em qualquer campo da realidade. Perdem assim significado os dualismos urbano-rural, moderno-tradicional, e outros, já que nada mais seriam do que interpretações meramente formais de estruturas integradas, diferenciadas apenas na aparência;

2. a negação do espaço como dimensão social, reconhecido apenas como dimensão física. É assim que a forma espacial só ganha significância enquanto expressão de “certa eficácia da atividade social”. Para Castells, o espaço é um objeto real, mas nunca um objeto teórico,

o que não exclui o interesse de analisá-lo como elemento material em contato com outros aspectos da sociedade. Neste sentido, a expressão estrutura espacial, tomada como equivalente a sistema urbano, reveste-se apenas de caráter descritivo, expressando a maneira pela qual “elementos básicos da estrutura social se articulam espacialmente”.

Com tais colocações, Castells contraria a idéia de um objeto teórico urbano, questionando assim a viabilidade científica de uma sociologia urbana desprovida de um objeto teórico específico. Segundo o autor, a falta de um objeto teórico específico nesse campo do conhecimento pode ser atestada pela própria dispersão de temas a que se tem dedicado a pesquisa na sociologia urbana tradicional, a exemplo da urbanização associada à organização espacial, a aculturação de migrantes, o complexo ecológico e outros. O que se observa é que fenômenos sociais quase sempre dotados de objetos teóricos reais e específicos são designados de urbanos unicamente por serem estudados freqüentemente nas cidades, sem terem nada a ver com um objeto teórico urbano propriamente dito.

Contudo, a despeito de negar ao espaço um *status* teórico, Castells preocupou-se em recuperá-lo como realidade objetiva, colocando-se contra concepções de base idealista. Opôs-se deste modo à abordagem do espaço através de *construtos*, que nada mais seriam do que formulações subjetivas aplicadas ao real.

A reação às posições de Castells se define em parte no assumir o espaço urbano como objeto teórico e não apenas como objeto real, considerando a relação objeto teórico objeto real.

Para certos autores, a identificação do espaço urbano como objeto teórico refere-se ao mesmo como

produto da moderna sociedade capitalista industrial. Segundo Pickvance, por exemplo, a comunidade, na medida que corresponde à coincidência entre uma unidade espacial e um sistema social, seria um produto dessa sociedade e, como tal, um objeto teórico válido. Opõe-se assim duplamente a Castells: seja com respeito à conotação teórica do espaço, seja com respeito à adoção da comunidade como referencial, que para aquele autor não tem igual significado sociológico.

Já a construção teórica de Lojkin (1977) ou de Harvey (1978) se pauta, cada qual à sua maneira, na interpretação do papel do espaço urbano no desenvolvimento do capitalismo. A grande cidade da sociedade contemporânea ocidental não é portanto reificada como se fora um objeto isolado ou autônomo, mas desempenha uma função necessária nessa sociedade, integrada que é à totalidade da formação social. É assim que Lojkin dá ênfase particular à importância da concentração urbana para as condições gerais da produção, na medida em que atende à necessidade de socialização dos meios de produção, na medida em que favorece a circulação e que propicia condições para a reprodução da força de trabalho, através do desenvolvimento dos meios de consumo coletivos. Harvey, na análise que faz da cidade capitalista contemporânea, recupera a noção de meio ambiente construído, salientando seu papel como capital fixo na dinâmica da valorização/desvalorização do capital.

Tais estudos orientam-se portanto para a compreensão da integração do espaço urbano na teoria social, interpretando-o segundo diferentes papéis que desempenha nas sociedades contemporâneas. É neste sentido que Soja (1980), por exemplo, assinala que o social e o espacial são homólogos, isto é, am-

bos tem na sociedade uma origem comum. Tal enfoque pretende de um lado superar a idéia de um fetichismo do espaço, denunciado como forma de mascaramento de conflitos sociais. Por outro lado, o reconhecimento da dimensão social do espaço em termos do par objeto teórico objeto real não deve ser simplesmente interpretado como a espacialidade inerente a qualquer fenômeno. Em outras palavras, trata-se de investigar as implicações sociais do espaço de maneira explícita.

Sem dúvida é a H. Lefèbvre que cabe uma contribuição particular e por que não dizer apaixonada com respeito ao papel crucial do espaço na própria manutenção do sistema capitalista.

De fato, para esse autor os meios seguros de sobrevivência do capitalismo, desde sua fase concorrencial até o período monopolista de nossos dias estão “na ocupação do espaço e na produção de um espaço”. É através de tal processo que o capital consegue atenuar suas contradições internas e assegurar sua existência. Esse papel é desempenhado pelo espaço urbanizado, que é o espaço social por excelência, na medida que se constitui numa base material de reprodução ampliada das estruturas sociais do capitalismo.

Enquanto a ocupação do espaço se define pela progressiva conquista de segmentos da superfície terrestre, o conceito de produção do espaço é mais refinado. De fato, para Lefèbvre, isto não significa assumi-lo simplesmente como produto. Trata-se muito mais de compreendê-lo como espaço produzido segundo as regras da engrenagem industrial que o transformam em mercadoria, nele introduzindo um valor de troca. Esse espaço é portanto uma realidade concreta do sistema capitalista, enquanto meio de acumulação, e meio de circulação da

mercadoria, do dinheiro e do capital.

A sobrevivência do sistema tornou-se assim subordinada a uma ocupação progressiva do espaço, efetivada através de “um consumo burocraticamente controlado, através da diferenciação entre centros e periferias, através da penetração crescente do Estado na vida cotidiana”. É a estrutura das relações de produção que determina a repartição de lugares e de funções, diversificadas ou especializadas. Deste modo, o sistema espacial se torna socialmente necessário, adquirindo um valor de uso específico que afeta as próprias condições gerais da produção, na medida em que articula processos de produção, circulação e consumo. Sob tal ótica é que se reconhece uma convergência entre sistema urbano e sistema espacial.

### **3 — CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DOS CONCEITOS ENUNCIADOS**

Seguindo o pensamento de Lefèbvre, o “urbano” pode ser considerado um fenômeno em movimento, que envolve profundas transformações históricas e que é sustentado pelas suas contínuas contradições. Mostra-se assim mais adequado como objeto de estudo do que a cidade, na medida em que se pretende um conhecimento dinâmico, que se elabora acompanhando o processo urbano geral e sua práxis, enquanto a cidade figura para este fim como objeto de certo modo rígido, ao ser definitivo e historicamente definido.

As idéias do autor em questão foram ilustradas através de um esquema de formas básicas de cidades ao longo de um eixo espaço-temporal que se estende de um ponto de origem a um ponto crítico

de transformação, cada qual caracterizada pela prevalência de determinadas relações sociais:

1. a cidade política, que se concretiza com a organização social da vida urbana, mas tão-somente em meio a civilizações eminentemente agrárias. A cidade se torna expressão da ordem e do poder, estendendo sua influência a amplos territórios, através da ação administrativa e fiscalizadora e da exploração de recursos;

2. a cidade comercial, que se desenvolve à medida do fortalecimento do mercado, impondo-se como lugar de contatos e de trocas. O intercâmbio comercial passa a ser a função urbana por excelência, enquanto se elabora nova estruturação do espaço urbano. Essa cidade não resiste porém por muito tempo à proeminência da cidade industrial, dada a supremacia que o advento do capital industrial passa a ter sobre o capital mercantil;

3. a cidade da indústria vem significar a ruptura da imagem urbana anterior. Na medida em que a indústria se torna cada vez mais independente de localizações específicas e se fixa nos grandes centros do capital, do mercado e da mão-de-obra, gera-se uma nova forma espacial e uma nova estrutura que corresponde a novas relações sociais;

4. uma chamada zona crítica, que resultaria da superação da era industrial e que mostraria contornos confusos e pouco definidos, precedendo o advento da sociedade urbana propriamente dita.

Lefèbvre faz, portanto, distinção entre a expansão urbana vinculada à indústria e a sociedade propriamente urbana, imaginada como um vir a ser. Define-se assim como objeto futuro e ainda não consumado, que envolve contudo um processo e uma prática social, a prática urbana.

O interesse central da pesquisa deveria então voltar-se para as relações que articulam situações da sociedade atual com as da sociedade que vai se desenvolver, ainda que esta seja concebida como uma hipótese. A premissa aí implícita é de que o objeto não precisa cingir-se ao empírico imediatamente verificável, ele pode ser um objeto possível ou virtual e nem por isso deixa de ter validade científica.

A seqüência de formas de cidades apontada no esquema de Lefèbvre não significa porém uma simples continuidade histórica ou uma simples evolução linear. Na verdade, a passagem de uma para outra não se fez sem crises e rupturas: a cidade política apresentou diferentes reações à penetração crescente do comércio e ao risco que a propriedade móvel, dinheiro e mercadoria, envolvia contra a propriedade imóvel, seu sustentáculo. A cidade comercial, por sua vez, ergueu também barreiras ao capital industrial, através de vários recursos, entre os quais o corporativismo. É nesta fase que o setor agrário começa a influir para o urbano, enquanto a submissão completa se verifica na passagem da cidade industrial para a zona crítica, quando tem lugar o que Lefèbvre denomina de “implosão-explosão”, isto é, a concentração e a dispersão do urbano.

Cabe ainda considerar que a passagem de uma forma de cidade para outra não implica necessariamente dissolução. Ao contrário, sua sobrevivência pode manifestar-se, seja no interior de cada uma delas, seja pela coexistência de formas distintas no território nacional em dado momento histórico. Tomando o Brasil como exemplo, pode-se apontar a sincronização de aglomerações metropolitanas, expressando a cidade da indústria ou da urbanização, a nosso ver, com capitais estaduais que são antes de tudo cidades políticas e com cen-

tros urbanos que representam sobretudo empórios comerciais. Claro está que não se trata de formas puras de cidades, já que todas elas se acham sob o domínio da produção capitalista industrial. Por sua vez, é particularmente nas áreas metropolitanas que se dá a conjugação da cidade política, da cidade comercial e da cidade da indústria.

Mais uma palavra sobre o tema em questão faz recorrer novamente a Lefèbvre, na medida em que se tem em vista compreender um urbano que não resulta apenas de determinações econômicas. Ao contrário de Castells, que radicalizou a crítica a defensores de mitos e ideologias “por suas atitudes pouco científicas”, aquele pensador não rejeita a idéia de uma cultura urbana, transcendendo, assim, reducionismos economicistas. Neste sentido, Lefèbvre chega a ser tachado de ideológico, ao defender o “urbanita integral” como agente de uma nova sociedade sem precedente na história.

Considera-se assim que urbanização e cidade se inserem no movimento do urbano, a primeira compreendida como um processo específico e a segunda como forma/conteúdo pertinente à cada fase do urbano. A “urbanização” pode ser concebida como expressão de um fenômeno multidimensional, intimamente associado ao desenvolvimento das forças produtivas, desencadeadas pela revolução industrial. Relaciona-se, assim, às profundas e rápidas mudanças que se manifestam em diversas estruturas — econômica, social, político-institucional, cultural e espacial —, a partir aproximadamente dos últimos duzentos anos.

A urbanização opõe-se drasticamente, portanto, ao urbano de sistemas de produção precedentes, baseados em economia agrária. Com respeito à vinculação entre urbanização e desenvolvimento econômico, as opiniões se dividem. Para

certos autores, essa vinculação não é tão evidente, já que o crescimento urbano nem sempre está ligado à indústria, esta, sim, indissoluvelmente associada à expansão econômica. Outros, a exemplo de Mingione, reconhecem a urbanização sem industrialização como parte integrante da urbanização com industrialização. Ela se expressa na diferenciação regional e contribui para a manutenção de um *status quo*, dada a tensão inerente à acumulação do capital — a do desenvolvimento/subdesenvolvimento —, que contraria as tendências à mudança, referindo-se tanto à relação entre blocos distintos de países, quanto à relação entre diferentes frações de um espaço nacional.

Nesse processo específico do capitalismo, o espaço representa um elemento crucial para a própria sobrevivência do capital. Como se viu anteriormente nas colocações de Lefebvre, a ocupação progressiva do espaço e a produção de um espaço social — o espaço urbanizado por excelência —, constituem-se em meios seguros para o crescimento econômico.

Assim é que a cidade da burguesia conquistou o domínio de um território nacional forjado pela economia de mercado, através de uma hierarquia de centros, impondo-se como foco do poder político, econômico e cultural. A rede de lugares centrais que por vezes se superpôs a pequenas localidades de mercado pré-existentes veio corresponder ao espaço social do capitalismo concorrencial (Corrêa, 1982).

No capitalismo monopolista, a produção de um espaço urbano-industrial tornou-se a estrutura característica da urbanização, entendida como estratégia de reprodução do capital, seja em países centrais, seja em países periféricos. Essa estrutura compreende novas formas urbanas. Ao se romperem os limites da cidade tradicional, um “tecido urbano” ganha extensão: num

sentido, pessoas, idéias, atividades e recursos variados se apresentam fortemente concentrados; em outro sentido, assiste-se à dispersão de segmentos periféricos do tipo núcleos satélites, residências secundárias, envolvendo a dissolução do quadro rural preexistente com eixos viários, a grande indústria, o moderno estabelecimento comercial. O espaço detém assim importante papel na urbanização da sociedade.

Compreende-se deste modo que a “cidade” apresenta conotação distinta da urbanização, na medida em que envolve um fenômeno histórico que remonta a cinco mil anos, segundo uns, ou a dez mil anos, segundo outros. A idéia da cidade como categoria geral estaria aliás embutida, ainda que de maneira difusa, em alguns dos trabalhos aqui citados.

Para H. Tisdale, por exemplo, o termo usado é urbanização, concebida como fenômeno único que permeia diferentes civilizações e cuja sustentação se faz através de pontos resultantes de processos de concentração: as cidades. É igualmente nesse sentido que Redfield e Singer (1954) admitem que “a história da civilização pode ser contada como a história das cidades”. Por seu turno, as colocações de Wheatley envolvem também a preocupação de reconhecer nos aspectos institucionais funcionalmente inter-relacionados os atributos urbanos capazes de transcender o tempo.

Essas posturas confundem cidade e urbanização ou urbanismo, conforme o dizer de Wheatley, como um mesmo fenômeno. A dificuldade de conceber cidade e urbanização como conceitos distintos se faz igualmente presente em propostas que interpretam a urbanização como resultante da atuação da cidade em si mesma: cabe mencionar as do tipo urbanização primária e urbanização secundária,

idades ortogenéticas e heterogênicas, embasadas em diferentes formas de atuação cultural das cidades.

A possibilidade de atribuir à cidade uma abstração conceitual que lhe confira um caráter universal encontra muito mais razão de ser quando pensada como espaço de concentração e reprodução das relações sociais dominantes de produção em cada período histórico. No capitalismo avançado, de acordo com Castells, “a formação da mercadoria como base do sistema econômico, a divisão técnica e social do trabalho, a diversificação de interesses econômicos e sociais sobre um espaço mais vasto, a homogeneidade do sistema institucio-

nal, resultam na ruptura de uma forma, a cidade”. Para Lefèbvre, essa ruptura implica a anticidade, que se opõe à realidade urbana anterior, não só pela perda da forma, como pela perda “da totalidade orgânica, do sentimento de pertencer, da imagem exaltadora, do espaço dominado por esplendores monumentais”. Contudo, pode-se pensar que se a nova realidade urbana se constitui igualmente em suporte de processos produtivos e de reprodução social, ela mesma como força produtiva, parece válido concebê-la também como “cidade”, a cidade da economia industrial. Com os elementos aqui apresentados espera-se contribuir para reflexões em torno da problematização do urbano.

## BIBLIOGRAFIA

- CASTELLS, Manuel (1971) — *La Question Urbaine*, F. Maspéro (ed.), Paris.
- CORRÊA, Lobato R. (1982) — Rethinking central place theory — *Brazilian Geographical Studies*. Vol. I, Latin American Regional Conference, IGU, Rio de Janeiro, p. 23-32.
- FRIEDMANN, John (1969) — *A general theory of polarized development*. School of Architecture and Urban Planning. University of California at Los Angeles.
- HARLOE, Michael (1977) — Introduction, in *Captive Cities* — Studies in the political economy of cities and regions. Ed. by M. Harloe, John Wiley & Sons Ltd., London, 218 p.
- HARVEY, David (1978) — *The urban process under capitalism: a framework for analysis*. Seminário Nacional sobre Pobreza Urbana e Desenvolvimento. Recife, mimeo.
- HOSELITZ, Bert (1960) — The role of cities in the economic growth of underdeveloped countries — reprinted from *Sociological Aspects of Economic Growth*, The Free Press (The Bobbs-Merrill Reprint Series in the Social Sciences. S-125).
- LEFÈVRE, Henri (1972) — *La Revolution Urbana*. Alianza Editorial, Madrid, p. 190.
- (1976) — *Espacio y Política*. Ediciones Peninsula, Barcelona, p. 140.
- LOJKINE, Jean (1977) — *Le Marrisme, l'Etat et la Question Urbaine* Presses Universitaires de France, Paris, p. 352.
- MINGIONE, Enzo (1977) — Theoretical elements for a marxist analysis of urban development, in *Captive Cities* — Studies in the political economy of cities and regions. M. Harloe edit., John Wiley & Sons Ltd., London, 218 p.
- PICKVANCE, C. G. (1976) — *Urban Sociology — critical essays*. Tavistock Publications.
- REDFIELD, R. e SINGER, Milton B. (1954) — The cultural role of cities. The Bobbs Merrill reprint series in the social sciences — reprint from *Economic Development and Cultural Change*, Vol. III, n. 1.
- SOJA, Edward W. (1980) — The socio-spatial dialectic. *Annals of the Association of American Geographers*, vol. 7, n. 2, June.
- TISDALE, Hope (1942) — The process of urbanization. The Bobbs Merrill reprint series in the social sciences — reprinted from *Social Forces*, vol. 20, march.
- URRY, John (1981) — Localities, regions and social class. *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 5, n. 4.
- WHEATLEY, Paul (1972) — The concept of urbanism — reprinted from *Man, Settlement and Urbanism* by Peter J. Ucko, Ruth Tringham and G. W. Dimbley, Gerald Duckworth and Co. Ltd., London and Schenkman Publishing Company, Cambridge, Massachusetts, p. 1-37.